



**CÂMARA MUNICIPAL DE
SÃO PAULO**

SECRETARIA GERAL PARLAMENTAR
Secretaria de Registro Parlamentar e Revisão

COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO

PRESIDENTE: JAIR TATTO

TIPO DA REUNIÃO: AUDIÊNCIA PÚBLICA
LOCAL: Câmara Municipal de São Paulo
DATA: 26/10/2022

OBSERVAÇÕES:

- Notas taquigráficas sem revisão
- Intervenção simultânea ininteligível/inaudível
- Exibição de imagens

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) - Bom dia a todos.

Como Presidente da Comissão de Finanças e Orçamento, declaro abertos os trabalhos da 18ª Audiência Pública semipresencial dessa comissão no ano de 2022.

Essa audiência tem como tema o PL 579/2022, do Executivo, do Prefeito Ricardo Nunes, que encaminha o projeto de lei orçamentária, que estima receita e fixa despesa no município de São Paulo para o exercício de 2023, a primeira geral.

Informo que essa reunião está sendo transmitida, ao vivo, pelo endereço www.saopaulo.sp.leg.br/transparencia/auditorios-online, e também pelo YouTube e Facebook da Câmara Municipal de São Paulo.

O convite para essa audiência está sendo publicado no *Diário Oficial da Cidade*, desde o dia 20 de outubro de 2022, e foi publicado nos jornais *O Estado de S.Paulo*, no dia 21 de outubro de 2022, e *Folha de S.Paulo*, no dia 22 de outubro de 2022.

As inscrições para pronunciamentos foram previamente abertas no *site* da Câmara Municipal de São Paulo, desde o dia 20 de outubro de 2022, no endereço www.saopaulo.sp.leg.br/audienciapublicavirtual e permanecerão abertas até o final da fala do Secretário Municipal da Fazenda.

Foram convidados para essa audiência os Srs.: Guilherme Bueno de Camargo, Secretário Municipal da Fazenda; João Antonio da Silva Filho, Presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo, que será representado pela Sra. Camila Alexandra Majer Baldresca, Auditora de Controle Externo. Temos a presença *on-line* do Vereador da Câmara Municipal de São Paulo Danilo do Posto de Saúde, do nosso querido aqui futuro Vereador, a partir de 15 de março, Hélio Rodrigues. Seja bem-vindo. Uma salva de palmas para o nosso futuro companheiro aqui. (Palmas) E a população em geral.

Eu já informo aqui o calendário das audiências públicas do Orçamento de 2023, no Salão Nobre, nesse salão, Presidente João Brasil Vita, no 8º andar, com auditório virtual.

Informo que amanhã, 27 de outubro de 2022, quinta-feira, das 10 até às 15 horas, se necessário, haverá a audiência pública temática. O tema amanhã é: Pasta da Habitação, Pessoa

com Deficiência e também Secretaria de Inovação e Tecnologia.

Já anuncio que dia 8 de novembro de 2022, terça-feira, também das 10 no limite das 15 horas, haverá a segunda temática, Cultura e Turismo. No dia 09 de novembro de 2022, na quarta-feira, das 10 às 12 horas, a terceira temática é a Secretaria do Verde e Meio Ambiente, Desenvolvimento Econômico e Trabalho. Em 10 de novembro de 2022, quinta-feira, das 10 às 15 horas, haverá a quarta temática, a Secretaria de Saúde. Dia 16 de novembro de 2022, quarta-feira, das 10 às 12 horas, haverá a quinta temática, Mobilidade e Transporte e Segurança Urbana. Em 17 de novembro de 2022, quinta-feira, das 10 horas às 15 horas, haverá a sexta temática, Assistência Social e Direitos Humanos. No dia 22 de novembro de 2022, terça-feira, das 10 às 15 horas, haverá a sétima temática, Educação e Esportes. No dia 23 de novembro de 2022, quarta-feira, das 10 horas às 12 horas, haverá a oitava temática, Secretaria das Subprefeituras e Infraestrutura e Obras. A audiência dos dias 29 ou 30 será a de encerramento, que a gente chama de segunda audiência pública geral.

Bom dia, Sr. Secretário Guilherme Bueno de Camargo.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Bom dia, Sr. Presidente. Tudo bem com o senhor?

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tudo bem. Obrigado, mais uma vez, pela presença.

As inscrições estão abertas. Ao final da fala e exposição do Secretário, encerram-se as inscrições.

Tem a palavra o Secretário da Fazenda do Município de São Paulo, Sr. Guilherme Bueno de Camargo.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Bom dia, Vereador Jair Tatto, nosso Presidente da comissão.

Também quero aproveitar para cumprimentar todos os Vereadores presentes, Vereador Danilo do Posto de Saúde, também o nosso futuro Vereador e demais Vereadores da comissão; a Sra. Camila, hoje representando o Sr. João Antonio, nosso Presidente do TCM; e

todos os participantes dessa audiência pública. Agradeço também os nossos intérpretes de Libras, Dareska e Ismael.

Sr. Presidente, como de costume, peço a sua autorização para passar a palavra para o Sr. Fabiano Martins de Oliveira, nosso Subsecretário de Planejamento e Orçamento, que vai conduzir a apresentação.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – Bom dia. Todos me ouvem?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Eu estou ouvindo perfeitamente, Fabiano.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – *Okay*. Obrigado, Guilherme e Vereador Jair.

Bom dia. Bom dia aos demais Vereadores, todos os presentes e colegas aqui da Fazenda também, do Tribunal de Contas e Sra. Camila

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Fabiano, só chamo para compor a nossa Mesa o nosso querido Vereador, até 15 de março, o mais votado do Estado de São Paulo e acho que do Brasil, Eduardo Matarazzo Suplicy, amigo do Mano Brown, amigo da galera do *hip hop*, da capoeira, do planeta.

Desculpe-me Fabiano. Só anuncio a sua presença e o convido para compor a Mesa. Pode seguir, Sr. Fabiano.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – É sempre uma honra ter o Senador conosco na audiência. É um amigo da Fazenda também, por que não dizer, não é? Eu vou fazer uma breve apresentação com os números que levaram à construção do orçamento, reforçando as palavras do Presidente Jair, que teremos oito audiências temáticas e nelas estarão todas as políticas públicas e o orçamento, para a realização das políticas finalísticas da Prefeitura, onde serão debatidas, esmiuçadas e detalhadas pelas secretarias e nós hoje, na audiência geral, vamos dar um panorama geral dos números que levaram à construção do orçamento.

Com a permissão, eu peço para compartilhar aqui a minha tela, de forma que todos consigam acompanhar a apresentação. Eu espero que já esteja na tela de todos.

- O orador passa a se referir a imagens compartilhadas virtualmente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sim.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – *Okay*. Então, pergunto se o *slide* passou. Acho que da outra vez, havia problema na transição de *slides*.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Perfeito.

O SR. FABIANO MARTINS DE OLIVEIRA – *Okay*. Então, a gente vai tratar aqui do desempenho das principais receitas, de como está o comportamento das nossas principais receitas, os desafios que temos nas principais e grandes despesas; e trataremos, como disse, de forma mais abrangente, os números da proposta orçamentária de 2023.

Começando pelas receitas, entre as principais receitas que nós temos, esse gráfico mostra a evolução e o comportamento do ISS com a projeção provável para 2022 ali, de 25 bilhões de reais. A gente tem a projeção variando entre 24,7 e 25,2. É o que nós esperamos na arrecadação do ISS.

Eu vou passar por todas as principais receitas aqui, para a gente acompanhar essa evolução, porque isso balizou a proposta de 2023, números que veremos um pouco mais adiante. O IPTU, que tem um comportamento diferente do ISS, tem uma curva ascendente. O ISS é uma receita basicamente relacionada à atividade econômica. Então, ele acompanha o movimento da atividade econômica. O IPTU é um pouco mais estável, vamos dizer assim. O gráfico mostra isso, uma arrecadação de 12,9 bilhões de reais, esperada para 2022. O ITBI mostra uma certa instabilidade. A gente vê, em 2021, um comportamento inesperado do mercado, mas a receita, a partir de 22, já volta a um comportamento um pouco mais dentro do que foi nos anos, e é o que a gente espera também, um comportamento mais normal para 2023. Em 2022, com 3,1 bilhões.

Embora seja como o ISS, relacionado à atividade econômica, nós não temos, no ICMS, perdão, o mesmo comportamento do ISS. A gente tem algumas intervenções de desoneração fiscal no ICMS. A gente acompanhou, por exemplo, a desoneração sobre combustíveis e isso reflete também na cota parte, naquilo que o município recebe dessa

importante receita que vem do Governo do Estado. Então, a gente tem uma redução na projeção para 2022, um número menor do que tivemos em 2021. Essa é a nossa projeção para 2022 e isso se reflete também em 2023.

O IPVA tem um comportamento mais estável, assim como o IPTU, o Imposto sobre Propriedade. Ele tem uma estabilidade maior, 3,4 bilhões. É a arrecadação prevista para 2022, o que se reflete também para 2023.

Aqui a gente mostra as transferências correntes para a Saúde, as despesas fundo a fundo, principalmente do SUS, em que tivemos em 2020 e 2021 arrecadações bem maiores do que a média anual. Claro, derivado da pandemia, da Covid-19. E, em 2022, a gente já tem uma arrecadação muito mais condizente com aquilo que é a média histórica, com um detalhe: a gente esperava, claro, uma arrecadação um pouco maior. Se a gente acompanhar a média histórica, a gente teria a expectativa de um pouco mais do que 2,6 bilhões. Mas é o que estamos projetando para 2022.

As transferências correntes para a Educação seguem a média histórica, 7,3 bilhões para 2022. A gente também tem essa previsão para 2023, seguindo a média histórica. A Assistência Social que em 2021 teve uma arrecadação muito baixa, uma transferência muita baixa, 94 bilhões, completamente fora da curva. Já começa a retornar, entre aspas, à normalidade daquilo que a Prefeitura normalmente recebe do Governo Federal e do Governo do Estado. Percebam que a Assistência Social, no âmbito do município, é um orçamento de quase dois bilhões de reais, praticamente custeado com recursos do Tesouro Municipal. São 159 milhões de transferências federal e estadual dentro de um universo de quase dois bilhões de reais. Sobre a outorga onerosa, que basicamente compõe as receitas do Fundurb, 970 milhões é o que nós esperamos de arrecadação para 2022. E para 2023 a expectativa é que seja um pouco menos do que os 970 milhões.

O convênio que nós temos com a Sabesp, que alimenta o Fundo Municipal de Saneamento, é de 545 milhões. A gente tem alguns saltos, alguns comportamentos *outliers*, vamos dizer assim, fora da curva, mas a arrecadação para 2022 está dentro da expectativa: 545

milhões. É o que a gente espera também, essa normalidade para 2023.

Transferências de capital, 170 milhões. As transferências de capital não têm um comportamento muito homogêneo. Elas dependem muito de projetos e de programas de governo, principalmente do Governo Federal. Este ano, a expectativa é de que a gente tenha 170 milhões nas transferências.

Vamos passar agora a falar um pouco das principais despesas. Falando aqui de Educação, a nossa expectativa é que a Educação termine o ano com 18,9 bilhões de reais na despesa. O orçamento da Educação tem uma boa parcela dele que é vinculado ao mínimo constitucional. Então, quando nós temos um aumento na nossa arrecadação, naturalmente nós vinculamos uma parcela desse aumento aos gastos com a Educação. A gente tem 25% pela Constituição Federal, 25% das receitas de transferências e impostos, impostos e transferências a serem alocadas na Educação. Além disso, a nossa legislação municipal nos impõe ainda o que chamamos de educação inclusiva, que aloca ainda, na educação, um outro percentual, que chega até a 33% dessa mesma base de cálculo. Então, a Educação deve chegar a 18,9 bilhões ao final desse ano. Essa é a nossa expectativa.

Seguindo para a Saúde, a Saúde tem um orçamento hoje de 16,3 bilhões de reais, ainda um pouco pressionado. Os gastos da Saúde são sempre muito elevados no município. A gente tem as transferências federais. A gente mostrou há pouco os números relativamente baixos dentro daquilo que o município demanda por Saúde. Então, a pressão recai sempre no Tesouro Municipal. É sempre um desafio o município tratar as despesas com Saúde. A gente tem 16,3. A gente tem uma expectativa de que isso ainda possa crescer um pouco até o final do exercício.

A Assistência Social, como eu falei há pouco, tem um orçamento de quase dois bilhões de reais. Ele está com um orçamento de 1,9 bilhão de reais, com transferências bem baixas dos Governos Federal e Estadual, basicamente custeado também com recursos do Tesouro. É um grande desafio para nós também a gestão do orçamento da Assistência Social, que nos tem demandado muito como sociedade nos últimos anos, principalmente em razão da pandemia, que tudo nos trouxe novos desafios. Despesas foram necessárias para que o

município desse conta das necessidades sociais ao longo dos últimos anos.

Uma ação muito relevante dentro do município também é a compensação tarifária, é o subsídio do transporte público na cidade. A gente tem hoje 4,2 bilhões de reais, no orçamento, para o subsídio do transporte e a gente ainda tem uma pressão orçamentária nesse valor. Isso deve subir ainda em números bem expressivos. É um grande desafio, assim como as despesas que já tratamos aqui.

Aqui a gente tem as despesas com a limpeza pública, a concessão da coleta do lixo e a varrição, um orçamento de 2,5 bilhões de reais, ainda um pouco pressionado também. A gente talvez tenha um incremento nessa despesa em 2022.

E, antes de entrar aqui na proposta de 2023, quando a gente deve mostrar os números, de uma forma mais abrangente, mais genérica aqui. Como eu falei, a ideia não é entrar dentro das políticas públicas. Nós vamos ter as audiências temáticas, em que essas políticas e os seus orçamentos serão detalhados, serão debatidos.

Todas essas despesas que a gente tratou aqui, como grandes despesas e grandes desafios, todos eles foram considerados, na proposta orçamentária para 2023, de uma forma que a gente pudesse minimamente ter os gastos de uma forma mais condizente com a realidade social, condizente com as necessidades da cidade; lógico que limitado também ao nosso volume de receitas. A gente não tem como colocar no Orçamento todas as necessidades, e é por isso que se faz prioridades. E é por isso que existe um Plano de Governo, um Plano Plurianual, um Plano de Metas. Isso reflete as prioridades do Governo e estão todas refletidas na proposta orçamentária para 2023.

Dentro da proposta orçamentária, claro, o cenário econômico que balizou a proposta começa com a expectativa de PIB para 2023, 0,63%; lembrando que todas as projeções são baseadas tecnicamente no Relatório Focus. O que nós trouxemos aqui é o de 21/10, o mais atualizado que a gente conseguiu, com uma projeção de PIB de 2,76% para 2022 e 0,63% para 2023.

Em relação à inflação, o Relatório Focus do Banco Central espera que seja de 4,94%,

já em 2022 em 5,6%, bem diferente da que foi estipulada para 2021, bem elevada de 10%, muito fora da curva e da meta. E isso se reflete em 2022, por um lado, nas receitas e, por outro lado, nos contratos e nas despesas também. Isso a gente vai enxergar um pouco, tanto no valor da arrecadação até agora, como também no valor da do orçamento disponível comparado com o orçamento aprovado, que também já está um pouco mais elevado.

A taxa de juros é de 13,75%, e a Selic, em 2022, de 11,25%. A expectativa para 2023 é de uma variação não tão elevada, mas a sinalização de redução da Selic nos aponta para um cenário de longo prazo, já com um com uma taxa de juros descendente.

Agora um pouco das receitas e despesas. A coluna “C” mostra para nós as receitas da proposta orçamentária de 2023, e as colunas “A” e “B” mostram o comparativo para que a gente tenha um pouco de referência também em relação aos números. De receitas correntes, a gente teve 71 bilhões aprovados na Lei Orçamentária de 2022, com uma previsão entre 79,2 a 80,4, contra 82.1 de receitas correntes na LOA 2023. A gente percebe uma variação de 2% em relação ao que estamos prevendo para o cenário provável de arrecadação e uma variação de 14.8% comparado com a aprovada; lembrando que, de 2021 para 2022, tivemos uma inflação de 10%.

Nas receitas de capital, nós temos uma variação de 27% em relação ao que estamos prevendo para arrecadar este ano e uma variação de menos 3% ao que foi orçado originalmente na LOA. Claro, esses números são sem as Receitas Intraorçamentárias, aquelas que são recebidas, são arrecadadas com origem em despesas do próprio orçamento; é uma unidade do orçamento da Prefeitura, de uma secretaria, por exemplo, pagando uma outra unidade da Prefeitura, que recebe aquilo como receita. Isso é chamada de receita intraorçamentária; assim como a despesa que é paga pela outra unidade é despesa intraorçamentária. Para deixar mais claro, dou como exemplo a obrigação patronal paga pela Prefeitura ao Iprem; ambos estão dentro do orçamento, e a despesa de obrigação patronal na Prefeitura é uma despesa intra, e a receita da obrigação patronal que o Iprem contabiliza é uma receita intraorçamentária.

No orçamento de 2023, nós temos 8,2 bilhões de receitas intraorçamentárias. De

despesas também é o mesmo número – no próximo quadro de deve mostrar isso –, e contra as projeções menores de 6,6 para 2022 e 5,6 orçados originalmente em 2022. Esse aumento da receita é intraorçamentária basicamente se deu por duas questões que são mais relevantes. A primeira é o aumento da obrigação patronal mesmo, por conta da reforma da previdência. E, além do aumento da obrigação patronal, a reforma da previdência também alocou, para as despesas previdenciárias, o Imposto de Renda. Então, tudo o que a Prefeitura arrecada com o Imposto de Renda, ela paga para o Iprem, que recebe isso também a partir de 2023 como receita intraorçamentária. E por isso que há esse aumento entre as receitas de 2022 para 2023.

O que diminui, por outro lado, é o déficit previdenciário da Prefeitura, abrindo o espaço do déficit previdenciário para outras despesas.

Este é um detalhamento das receitas por origem, as principais tributárias. Percebam que são as mesmas que tratamos no início desta apresentação: ISS, IPTU, ITBI, ICMS e o IPVA, com variações distintas entre a previsão provável de 2022 e o comparativo também com a LOA original de 2022, com destaque, claro, para o ISS, com uma variação maior; e a variação maior do ISS acaba ocorrendo em razão de o ISS não ter sofrido o decréscimo com a pandemia, na forma ou na intensidade que todos esperavam. Por isso que houve esse incremento, essa variação grande em relação àquilo que fora orçado.

Quanto ao ICMS, o seu destaque, como eu havia adiantado quando mostrei os números históricos dessa rubrica de receita, a desoneração faz com que, para 2023, a gente não tenha um número expressivamente maior do que o que estamos arrecadando em 2022: 10,1 bilhões na coluna “B” contra 10,2 bilhões previstos na PLOA. Mas, quando comparamos com o orçado original, a gente tem um incremento de 13%: 9 bilhões contra 10,2 bilhões na arrecadação.

Já estou caminhando para o final da apresentação, os últimos *slides*, porque não quero alongar muito mais para que a gente possa iniciar o debate.

Há algumas receitas não recorrentes que entendemos ser importante serem detalhadas, porque, como o próprio nome já infere, elas não são contínuas, ou seja, nós não

podemos contar com essas receitas ano a ano, como por exemplo, contamos com ICMS, com o ISS, com o IPTU. São receitas recorrentes, contínuas, por assim dizer. Então, a gente tem os Cepac – Certificados de Potencial de Construção – derivados de Operação Urbana: 256 milhões previstos para 2023. Algumas receitas ainda do Plano de Desestatização: 102 milhões. Embora não mostre o número, eu posso afirmar para todos que os números da desestatização são relativamente bem menores do que tínhamos para 2022, já que muitas das receitas que estavam originalmente previstas para 2023 acabaram ingressando em 2022. Por isso, a arrecadação para 2023 ficou um pouco menor: 102 milhões.

Temos 2,3, quase 2,4 bilhões de reais em Operações de Crédito previstas para 2023. Aqui a gente destaca a previsão de Operações de Crédito para o Programa Pode Entrar, para unidades habitacionais, para recapeamento de vias e também para a modernização da Guarda Civil; as principais, acredito.

Para convênios com a União, 417 milhões. Para convênios com o Estado, 806 milhões do Estado, aos quais estão incluídas as receitas derivadas do convênio com a Sabesp, que eu mostrei anteriormente, do Fundo de Saneamento. Ao todo, 3,979 bilhões de reais nas receitas não recorrentes.

Um quadro que entendemos muito importante ser mostrado também é o de Renúncias e Benefícios Fiscais, que a LRF trata com bastante rigidez. No caso do município de São Paulo, a gente tem renúncias que, em 2023, chegam à casa de 22,6 bilhões. É claro que a gente traz as principais renúncias. Para dizer exatamente o que é cada um dos tipos das renúncias, a principal é o Potencial Arrecadatório Não Exercido, que basicamente traduz as alíquotas praticadas de tributação no Município efetivamente praticadas contra as alíquotas máximas que poderiam ser praticadas e que são autorizadas em lei. Então, essa diferença nos traz um potencial que o Município não exerce, de 14,8 bilhões.

A SUP – Sociedade Uniprofissional –, que tem um regime específico de arrecadação, nos traria uma arrecadação adicional, mas não nos traz por conta do benefício de 883 milhões.

Sobre imunidades, não temos muito o que fazer, porque elas são constitucionais e

não é possível tributar sobre elas. Se pudéssemos fazer essa tributação, 4,7 bilhões seriam o nosso potencial. De isenções, principalmente as de IPTU, são 2,5 bilhões de reais. No somatório, nós temos 22,6 bilhões previstos em renúncias e benefícios fiscais de forma abrangente para o exercício de 2023.

Aqui um quadro para a gente falar um pouco sobre as despesas no orçamento, como estão distribuídas no orçamento de 2023, também comparando-se com o orçamento aprovado de 2022 e o orçamento disponível atual deste exercício. Despesas com Pessoal, 27,4 bilhões na coluna “C”, coluna da APLOA da proposta orçamentária 2023 contra 26 bilhões disponíveis no orçamento de 2022 e os 25,6 bilhões aprovados. O crescimento da despesa de pessoal é em torno de 7%, comparando-se com a LOA, e em torno de 5%, comparando-se com o orçamento disponível. Isso varia entre ativos e inativos, e a gente percebe um crescimento maior na despesa com pessoal ativo em relação ao pessoal inativo.

Em relação a outras despesas correntes, temos uma previsão de 42,9 bilhões de reais. São despesas de custeio de uma forma geral do município. A gente tem 2% de incremento sobre o orçamento disponível hoje e 18%, comparando-se com a LOA aprovada. É importante a gente dizer que o orçamento disponível ainda tem algumas pressões que a gente deve acomodar e, para a LOA de 2023, o trabalho de redução de custo é contínuo e intenso na Prefeitura, o que faz com que a gente tenha essa previsão de 42,9 bilhões nas outras despesas correntes.

Os investimentos saltam de 7 bilhões na LOA aprovada para 11,1 bilhões na proposta. O disponível hoje é de 9,6 bilhões nos investimentos, e a gente ainda tem um incremento de 15% sobre o disponível e mais de 58% quando comparamos com a proposta de investimentos aprovada na LOA de 2022.

As Inversões Financeiras, que também são basicamente despesas de capital, têm um incremento percentualmente grande, mas, dentro do orçamento, embora o valor seja grande, não é tão expressivo relativamente dentro do orçamento. São 268 milhões de reais contra os 19 da LOA e do orçamento disponível de 2022, e esse valor cresce especialmente por conta das necessidades de aporte nas Parcerias Público-Privadas, as PPPs. É por isso que nós temos

esses números um pouco maiores na inversão financeira.

O serviço da dívida cai bastante, e o grande destaque é o acordo no Campo de Marte, que reduziu significativamente as despesas orçamentárias com a dívida pública do município. A gente tinha aprovado na LOA 5,2 bilhões de reais, e esse número cai, em 2023, para 1,8, um número bem expressivo de economia da dívida.

Na LDO – Lei de Diretrizes Orçamentárias, nós temos um comando legal que direciona esses recursos principalmente para investimentos, e os números de investimento também já refletem esse comando legal.

A reserva de contingência é de 220 milhões, e o intraorçamentário, que eu já comentei anteriormente no *slide* sobre receitas, é de 8,2 milhões. Os incrementos, como dito, são basicamente relacionados à obrigação patronal, que foi majorada, e também às despesas do aporte com Imposto de Renda no Iprem.

Então, esses são os números gerais da proposta orçamentária para 2023. Agradeço novamente a oportunidade e devolvo a palavra ao Vereador Jair para que a gente possa seguir com o debate com todos aqueles que manifestaram interesse em fazer os seus comentários.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Dr. Fabiano.

Quero anunciar a presença *on-line* do Vereador Antonio Donato, eleito deputado estadual, a do querido Vice-Presidente da Comissão, Vereador Marcelo Messias, e a do Vereador André Santos, também *on-line*.

Do Tribunal de Contas, representando o seu Presidente, a da Dra. Camila Alexandra Majer Baldresca. Tem a palavra, doutora.

A SRA. CAMILA ALEXANDRA MAJER BALDRESCA – Bom dia a todos.

Primeiramente, eu gostaria de cumprimentar, na figura do Sr. Presidente, todos os nobres Vereadores presentes, a equipe da Secretaria da Fazenda e todos os munícipes que nos acompanham.

O relatório do Tribunal de Contas acerca do projeto de lei orçamentária para 2023 já foi iniciado, e a equipe de auditoria responsável pelo trabalho está em contato com a Secretaria

da Fazenda para analisar os dados de receitas e despesas que constam no projeto.

Além disso, também está em andamento a análise da conformidade da peça orçamentária, em relação aos requisitos da Lei Orgânica do Município, da Lei de Responsabilidade Fiscal e da Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2023, Lei 17.839.

Cabe destacar que, no trabalho do TCM, realizado no primeiro semestre durante o processo de aprovação do projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias, identificamos, entre outros apontamentos, que a métrica utilizada para a previsão da arrecadação do ISS estava defasada e também que a previsão de investimentos estava acima do comportamento histórico.

Com relação à projeção do ISS, já pudemos observar que a Secretaria de Fazenda ajustou a estimativa e o valor previsto para 2023 aumentou em relação ao estimado inicialmente no PLO.

Sobre a questão da previsão dos investimentos no PLO 2023, a auditoria está realizando análises para identificar os órgãos com projeções que estejam consideravelmente acima de sua média histórica de execução orçamentária, de modo a prover subsídios para que a Comissão de Finanças e Orçamento da Câmara consiga aprofundar a discussão e aprimorar a distribuição dos recursos no orçamento.

Do mesmo modo que foi feito nos anos anteriores, pretendemos encaminhar o nosso relatório assim que concluído à Comissão de Finanças e Orçamento, de modo que os Vereadores tenham acesso às nossas conclusões antes da segunda audiência pública geral.

Destaco que o Tribunal de Contas tem privilegiado a atuação concomitante de seus processos para que as informações apuradas pela auditoria sejam produzidas e encaminhadas de forma tempestiva, permitindo o efetivo aprimoramento da administração municipal, neste caso, da lei orçamentária de 2023.

Sr. Presidente, essas eram as nossas considerações iniciais. Fico à disposição para eventuais dúvidas.

Muito Obrigada e boa audiência a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado.

Dr. Guilherme, já podemos encaminhar para as inscrições ou há alguma observação a mais?

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Não, Sr. Presidente, podemos ir às questões e comentários dos inscritos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay. Vereador Antonio Donato compõe a Mesa conosco. Eu o havia anunciado de forma híbrida.

Tem a palavra o nobre Vereador Eduardo Matarazzo Suplicy.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPLICY – Daqui a pouco precisarei sair.

Estamos na quarta-feira que antecede o domingo da eleição, então, vou pedir licença daqui a pouco, porque devo ouvir o Fernando Haddad no encontro com os motoboys e aplicativos, que começa às 11h30.

Mas, fiz questão de hoje vir para acompanhar essa exposição do Secretário da Fazenda Guilherme e do técnico Fabiano. Queria fazer uma indagação de ordem mais geral com respeito às transferências de renda para a população de São Paulo.

As transferências de renda são de responsabilidade do Governo Federal, mas elas de alguma maneira entram na exposição orçamentária de entradas e despesas. Fico pensando e indago ao prezado Guilherme e ao Fabiano, vamos supor que o Governo Federal esteja considerando por etapas caminhar na direção daquilo que já é lei: a renda básica de cidadania.

São cerca de 12 milhões de habitantes de São Paulo que, em algum momento, no horizonte próximo, os 12 milhões de habitantes residentes em São Paulo passarão a ter uma renda que, na medida do possível, será um dia suficiente para atender às necessidades vitais de cada pessoa.

É possível que o Governo Federal para avançar nesta direção venha a considerar como que a participação tanto do Governo Estadual, quanto dos governantes municipais. Então, considerarei importante colocar isso como uma indagação, inclusive ao próprio Guilherme, que foi meu aluno na GV e como é que ele vê esta possibilidade.

Temos já alguns municípios brasileiros que estão caminhando na direção de pagar

uma renda básica. Não sei em que medida as pessoas presentes sabem que, por exemplo, o município de Maricá, lá na costa do Rio de Janeiro, que tem, a bem da verdade, uma vantagem de receber os *royalties* de uma base da Petrobras, em frente a Maricá, mas o Prefeito Washington Quaquá, prefeito eleito em 2008 e depois em 2012, falou: “Quero realizar esse objetivo em Maricá”.

Ele começou em janeiro de 2016. Lá ele criou uma moeda social denominada mumbuca para que as transferências de renda se dessem na moeda que é aceita pelo comércio local para estimular a economia local. Então, em janeiro de 2016, começou o pagamento de 10 mumbucas por mês a todas as famílias que estavam no Bolsa Família. Em janeiro de 2017, 20 mumbucas por mês. Já, em dezembro de 2019, todas as pessoas que pertenciam a famílias que estavam no Cadastro Único e que recebiam até três salários mínimos, as pessoas passaram a receber 130 mumbucas por mês. Isso correspondia a cerca de 1/4 da população de 167 mil habitantes. Esses 42.500 habitantes passaram a receber, com o agravamento da pandemia, 170 e, mais recentemente, para 200 mumbucas ou reais por mês.

Há a previsão de, ao final deste ano, passar o pagamento para cerca da metade da cidade - 80 mil habitantes – e, até 2024, todas as pessoas que residem em Maricá há três anos ou mais receberão a renda básica de maneira universal.

Há uma lei aprovada e o próprio Supremo Tribunal Federal acatou um mandado de injunção da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul em nome de um morador de rua Alexandre da Silva Português, 51 anos, epilético, que vinha recebendo o Bolsa Família. O mandado de injunção foi acatado em 26 de abril do ano passado pelo Supremo Tribunal Federal determinando ao Governo Federal para regulamentar a lei da renda básica. Por que pergunto isso? Porque acredito que os três níveis de governo, como Maricá está fazendo, vamos precisar pensar nisso até por determinação do Supremo Tribunal Federal.

Está presente o Leandro Ferreira, que é Presidente da Rede Brasileira da Renda Básica, e está acompanhando esses passos com atenção. Hoje até é aniversário dele, então, meus parabéns.

Sei que não é uma tarefa fácil, mas como temos hoje a presença do Guilherme e do Dr. Fabiano e que estão muito familiarizados com as receitas e despesas do município, mas imaginem se nós pudermos acelerar em São Paulo a renda básica de cidadania, por exemplo, para todas as trinta e tantos mil pessoas que estão hoje morando na rua. Quem sabe uma vez recebendo a renda básica vão mudar inteiramente a sua condição.

Essa é a pergunta que eu deixo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quero deixar claro que Maricá faz com seus recursos próprios. Não há transferência para este objeto no caso.

V.Exa. é sempre cuidadoso em dizer. Mas aqui vem o apelo para que as transferências venham. Ela está vindo de uma maneira diferenciada e momentânea e com prazo determinado. É isso, mas seguiremos.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – De qualquer receita que é criada...

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Não com esse nome objetivamente, mas está entendido.

O SR. EDUARDO MATARAZZO SUPPLY – Deixe-me terminar. De qualquer receita criada, qualquer forma de riqueza gerada em uma comunidade, em um município, em um estado, em um país, um continente, sempre poderemos separar uma parcela para formar um fundo para pagar uma renda básica de cidadania. O princípio é esse.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado, Vereador Supply.

Iniciando as inscrições de forma *on-line*, está inscrito Marcelo Assis Barbosa. (Pausa). Marcelo Assis Barbosa. (Pausa). Temos também Camile Teixeira Santos. Camile Teixeira Santos (Pausa). Flávia de Barros Moreira Pires. (Pausa).

A SRA. FLÁVIA DE BARROS MOREIRA PIRES – Obrigada, Sr. Presidente.

Sou Flávia Pires, do Movimento Cultura Gorda e idealizadora do Samba Plus Size também. A gente tem uma luta em comum com os movimentos culturais: de 3% para cultura, sendo a metade desse para as periferias e culturas periféricas; reajuste orçamentário para editais, instrumentos e rubricas por linguagem; o fim do sucateamento na contratação de

funcionários públicos para Secretaria de Cultura; o Conselho de Cultura deliberativo, por favor, porque a cultura não se faz sem deliberar com os fazedores de cultura; e a participação de acesso democrático nas políticas culturais da cidade de São Paulo.

Em nome do Movimento Cultura Gorda, temos uma verba que foi elencada por uma bancada de vereadores no valor de 600 mil para fomentar a cultura gorda. Conversando com o pessoal da Secretaria, a Secretaria alegou que essa verba havia sido congelada. Só que isso foi desmentido pela Presidente da Mesa da Subcomissão de Cultura alegando que essa verba não está congelada, está disponível e o Executivo tem que executar. É importantíssimo que o Executivo execute, que ponha no orçamento essa verba de 600 mil para a cultura gorda porque a gordofobia é estrutural e endêmica.

A gordofobia foi um assunto recentemente abordado no *Fantástico* de modo superficial, porque a gordofobia não é só ação jurídica de assédio moral. A gordofobia fere também de forma violenta com a falta de acessibilidade aos corpos gordos. Tivemos também uma presença de interesse em demonstrar a diversidade de corpos pela Disney com um curta que demonstra uma bailarina gorda. Então, a gente precisa trazer isso para São Paulo. A gente precisa fomentar a cultura gorda em São Paulo. Isso trata os males que a gordofobia traz.

A gordofobia acaba levando as pessoas gordas ao suicídio. Tivemos há quatro anos atrás o caso de uma menina de 17 anos que se enforcou dentro do banheiro do colégio. Tivemos, no mês retrasado, uma adolescente de 13 anos que se enforcou usando a própria mochila.

Então, precisamos do apoio dos 600 mil para o fomento à cultura gorda.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Flávia.

Seguindo, Emerson Lima. (Pausa) Emerson Lima. Antônio Herci Ferreira Júnior. (Pausa) Antônio Herci Ferreira Júnior. Jefferson de Assis Fleming. (Pausa) Jefferson de Assis Fleming. Desiree Helissa Casale. (Pausa) Desiree Helissa Casale. João Paulo Caetano Alves. (Pausa) João Paulo Caetano Alves. José Maria Carvalho Ferreira. (Pausa) José Maria Carvalho Ferreira.

O SR. JOSÉ MARIA CARVALHO FERREIRA – Sou José Maria Carvalho, Vice-Presidente da Cooperativa Paulista de Dança, artista da dança há mais de 30 anos na cidade de São Paulo, sempre envolvido através da cooperativa e dos movimentos da dança com as políticas públicas para dança e para a cultura na cidade de São Paulo.

A dança e a cultura sofreram grande desmonte desde a gestão do Sturm, então Secretário de Cultura, e a gente vem tentando recompor e reconstituir isso. Então, estamos junto com os movimentos culturais da cidade de São Paulo lutando por 3% para a cultura na cidade de São Paulo, 50% disso - 1,5% - para periferia. Também lutando por um Conselho de Cultura deliberativo, participativo, por uma democracia participativa para a cultura de toda a cidade de São Paulo, tentando recuperar as perdas da dança e para todas áreas; criar um equilíbrio entre os vários setores da cultura na cidade de São Paulo, alguns que até nem constam no orçamento ou constam com um valor irrisório, *né*. Alguns desapareceram.

Então, aqui, nesta luta, pela cultura na cidade de São Paulo, pela dança e por um conselho, por uma possibilidade participativa do cidadão na cultura da cidade de São Paulo.

É só isso. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, José Maria.

Rodrigo. A inscrição está como Rodrigo.

O SR. RODRIGO – Bom dia.

Repetir as falas, aí, de 3% para a cultura e 1,5% para a periferia e também o conselho deliberativo, para que a gente possa opinar nas decisões de cultura, porque somos nós que fazemos a cultura da cidade de São Paulo.

Trabalho há 20 anos com teatro de bonecos. Já fui a mais de 20 países representar o Brasil. Nós vemos que com o Governo do Dória nasceu um desmonte da cultura, onde não há funcionários, mas existem gargalos propositais para que se acabe com a Secretaria de Cultura. Então, nós necessitamos da contratação de 35 contadores para a Secretaria de Cultura, porque não adianta enchê-la de jovem monitor e tudo ficar represado na mão dos computadores, que não podem assinar.

A própria Secretária de Cultura fez um documento alegando que o Prêmio Zé Renato está defasado há anos, precisava de um aumento de 15%. E ela fez um aporte suplementar de 15% no Prêmio Zé Renato, neste ano, para contemplar todos os suplentes. Então, no mínimo, o Prêmio Zé Renato tem de ter 9,5 milhões, assim como todos os outros programas, para corroborar com a fala do Danilo Nunes, também chefe de gabinete na Subcomissão de Cultura, que disse que a Secretaria não consegue executar o orçamento, que é pífio, por falta de mão de obra, especialmente pela falta de contadores para contratações artísticas.

E solicito, em nome de toda a classe cultural, 15% de aumento para todos os programas da cultura, de editais, prêmios e fomentos.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Muito obrigado. Amanhã indicaremos um relator para que vocês possam procurá-lo todos os dias.

Humberto A. Meratti.

O SR. HUMBERTO A. MERATTI – Bom dia a todos.

Eu me chamo Humberto Meratti. Sou idealizador do Treme SP, União dos Blocos de Música Eletrônica da cidade de São Paulo. Faço parte de vários coletivos artísticos, inclusive dos movimentos culturais da cidade de São Paulo. Agradeço todos os servidores municipais da Casa e parablenizo, claro, todas as pessoas da classe política que se elegeram, este ano, pelo PT, partido do qual eu sou filiado.

Complemento as considerações feitas pelos meus colegas ligados à cultura e não só a questão de conselho, aumento de 15% e eu quero citar o seguinte: a classe ligada à cultura é, sim, uma classe que gera muita receita, inclusive ISS, para a cidade.

Eu faço parte de uma classe artística hoje que é o Carnaval de Rua e, em 2020, a gente gerou para a cidade 4 bilhões em receitas e ISS. Então, eu acho que as coisas devem ser consideradas. Lembrando que tivemos alguns problemas, nesses dois últimos dois anos, devido à fase pandêmica. E também retifico aqui a minha insatisfação com a gestão municipal ligada à cultura, que não tem um diálogo amplo com as entidades e demais grupos ligados a todos os

setores da cultura.

Então, eu solicito a todos que pensem. Claro que vai haver um relator específico para as audiências ligadas à cultura, mas eu peço para que vocês prestem atenção, porque cultura e entretenimento geram uma enorme base de recolhimento de ISS para a cidade.

A minha fala, por ora, é esta e eu agradeço a participação.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Humberto.

Anna Raquel da Silva. (Pausa) Anna Raquel da Silva. (Pausa) Em seguida, Gustavo Xavier.

O SR. GUSTAVO XAVIER – Bom dia a todos e a todas.

Obrigado, nobre Vereador Tatto e cumprimento a todos os outros Vereadores presentes.

Primeiro, eu queria me apresentar. Eu sou Gustavo Xavier, trabalhador do Carnaval de Rua, ligado à cultura *reggae* rastafári. Eu faço parte dos movimentos culturais da cidade de São Paulo, que, unificados, lutamos por 3% do orçamento municipal. Isso é possível ser feito neste ano. E, desses 3%, 1,5% ser destinado exclusivamente para as periferias. Se hoje a nossa audiência pública é sobre orçamento, vamos falar disso. Eu sei que temos outras pautas, como a falta de diálogo da Secretaria de Cultura; também temos um grande problema com a Secretaria, porque eles insistem em um conselho que não seja deliberativo. A gente quer ter voz.

Mas vamos falar, aqui, de orçamento. A gente compreende – e eu queria deixar para o Secretário de Finanças: por que tanto corte, tanta contenção no orçamento da cultura? A gente sabe que a cultura é composta, em sua grande maioria, por trabalhadores da ponta, trabalhadores periféricos. Tivemos a fala, aqui, do nobre Vereador Suplicy sobre Renda Mínima, Renda Básica, para... (Falha na transmissão). A contenção do orçamento da cultura é automaticamente tirar dinheiro de gente pobre, tirar de trabalhador que mais precisa. O trabalhador da cultura, da cidade de São Paulo, está sufocado e precisa parar com essa falta de visão, principalmente para os trabalhadores periféricos, que é uma visão elitista de que somente

teatro, danças e grandes artes sempre foram mais beneficiadas com maiores fatias de orçamento. O orçamento, já para as culturas periféricas, 3% para cultura; 1,5% para a periferia.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Gustavo.

Jusevaldo Batista. (Pausa) Jusevaldo Batista. (Pausa)

Mestre Bond, último inscrito de forma *on-line*.

O SR. MESTRE BOND – Bom dia a todos.

Vou ser rápido e objetivo. Eu estou aqui representando o Fórum da Capoeira, Fórum de Samba e o Coletivo de Oficineiros de São Paulo. Eu venho aqui justamente cobrar a efetivação do Conselho Municipal de Cultura, democrático, deliberativo e participativo; 15% de reajuste no fomento à cultura indígena, igual foi feito no fomento do Plano Zé Renato, e 3% de orçamento da cidade, 95 milhões por ano, de 2023 para a cultura; 2% para a periferia.

E, finalmente, uma reparação histórica ao fomento da cultura preta na cidade de São Paulo, com rubrica de 50 milhões de reais e 10 milhões para o fomento na capoeira, com recorte racial. No ano passado nós tivemos uma emenda para a capoeira e ficou este ano todinho empenhada e não foi passada para a capoeira. Somos do país Brasil, de pessoas negras, e a cultura fala que faz tudo para a cultura negra e deixa a desejar. Estamos aqui mais um ano e a capoeira sem nada.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Mestre Bond.

Muito bem. Encerradas as discussões de forma *on-line*, agora podemos, então, revezar com os Srs. Vereadores presentes.

Vereador Donato pediu a palavra. Anuncio a presença do nosso Vereador, Líder do Governo, Fabio Riva. Bem-vindo, querido Vereador. Em seguida, partiremos para as inscrições presenciais.

O SR. ANTONIO DONATO – Bom dia.

Agradeço ao Presidente Jair Tatto. Cumprimento os Vereadores Fabio Riva, Eduardo

Suplicy, Hélio – nosso futuro Vereador.

Rapidamente, eu, infelizmente não pude acompanhar a audiência toda e todas as informações. Eu acompanhei um pouco *on-line*. Mas eu queria discutir alguns grandes números que são incongruentes, na minha opinião.

Na apresentação que o Secretário fez da LRF, no fim de agosto, do segundo quadrimestre, se previa fechar este ano com um déficit de 4,2 bilhões. O superávit, em setembro, é de mais ou menos 11 bilhões. Então, me parecem absolutamente incongruentes esses números. E é sempre isso. Se fala que vai ter um déficit, se tem um caixa enorme – mais de 32 bilhões em setembro, um superávit de 11 bilhões – e se projeta um déficit. Então, a conta não fecha. Aí, não dá. Aí, não cabem as coisas, porque a conta não fecha. Qual é essa política? É a política de represar e jogar para o último ano e despejar dinheiro no ano de eleição ou é só incompetência mesmo, incapacidade de gastar? Porque se a gente tem esse superávit, eu queria que o Secretário ou alguém da Secretaria pudesse nos informar qual é a projeção real de superávit. Nós estamos no dia 26 de outubro. Faltam dois meses. A Secretaria deve ter uma projeção de superávit, *né*. Por exemplo, Investimento estão projetados 7 bilhões; empenhou 5 bilhões e liquidou 2 bilhões. Vai chegar nos 7 bilhões? Acho difícil, pelo que eu vejo na cidade. Então, vai aumentar o superávit, *né*.

Então, quando a gente fala na cultura, com um orçamento de 650 milhões e a gente fala desses “bi”, vários, dezenas de “bi”, aí é opção política não querer aumentar programas na área da cultura. A situação da assistência social, que a gente só vê fechar serviços, CCA, NCI. Quem anda pela periferia está vendo, *né*, essa crise.

Eu vou falar de uma região, em que eu atuo bem, Capão Redondo: fechou o CCA da Fundação Cafu, o CCA do Jardim Comercial, o CCA do Jardim Magdalena, e isso em um raio de dois quilômetros, e não abriu nenhum novo. Nessa crise. Estou falando de um serviço, de alguns equipamentos de uma região, mas isso se multiplica se a gente for olhar todo o serviço.

Então, eu queria que a gente fizesse uma discussão do orçamento real e não da planilha, da planilha, que está aqui para apresentar uma planilha. Qual a situação real do

orçamento? Qual vai ser o superávit? Porque, daí, nós não vamos ter 85 bi de orçamento no ano que vem, mas 95, 100 bi. Sei lá em quanto vai chegar. Esse é o orçamento real, o dinheiro disponível, o dinheiro que tem no bolso da Prefeitura.

Então, eu queria que a discussão fosse um pouco mais concreta, realista e não uma ficção. Então, era essa a pergunta que eu queria fazer, bem objetivamente, e me solidarizar com todos os setores que estão buscando ampliação dos seus orçamentos, em particular a cultura, e dizer que tem dinheiro, *né*. Aí, é uma decisão política não ampliar, não é um problema de falta de recurso, *né*. É uma decisão política, ainda mais com a questão da renegociação da dívida, do término da dívida, o Campo de Marte e tudo o mais.

Aliás, só uma pergunta mais técnica, na lei em que se aprovou o destino para investimento dos recursos que eram da dívida, se fala em recursos para precatórios e na tabela, aqui, não tem nenhum recurso alocado para precatório. Então, eu queria entender um pouco essa questão também.

Obrigado, Presidente.

- Assume a presidência o Sr. Fabio Riva.

O SR. PRESIDENTE (Fabio Riva) – Obrigado, Vereador Donato.

Só aguardando o retorno do Presidente Jair Tatto.

- Assume a presidência o Sr. Jair Tatto.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Fabio Riva.

Eu quero fazer um registro, de que esta é a primeira audiência. Eu peço a gentileza para que as pessoas cumpram os três minutos. Teremos as temáticas, teremos a devolutiva e preciso aqui divulgar o *site* público para que as pessoas possam se manifestar. Foi lido na abertura: financas@saopaulo.sp.leg.br. Isso será divulgado de maneira oficial e todos os municípios poderão se manifestar durante o período de discussão.

Primeiro inscrito de forma presencial, Rapper Pirata.

O SR. RAPPER PIRATA – Na pessoa do Jair Tatto, cumprimento todos os legisladores. Cumprimento todos os funcionários públicos, aqui representados pelos funcionários

da Câmara. Cumprimento todos os cidadãos.

Não dá para discutir orçamento, na verdade, porque a gente da cultura..., a gente estudou o orçamento de verdade e a gente já sabe como que o orçamento se desenrola politicamente.

E, aí, rapidamente, já estão falando sobre redução da maioria penal. Só há roubo de celular porque aumentou a miséria. Não pode falar que são culpados. É a causa. Se não tem dinheiro público circulando, é só dá um rolê na Sé. E, aí, dinheiro tem, bastante. Três por cento para a cultura, metade para a periferia; contratação de funcionários públicos para acabar com o sucateamento.

Também outra coisa que é importante: reajuste não é aumento. Três por cento, mas a gente quer o reajuste do orçamento também e, aí, fora a participação. Não adianta colocar dinheiro no setor, sendo que o setor não participa. Não adianta achar que só porque eu sou o Rapper Pirata das Estrelas que eu significo toda a cultura de *hip hop* da cidade de São Paulo. Não. A cidade de São Paulo é feita pelo garoto que agora está começando e por essas estrelas. Então, tem um *fake* aí que o Estado tem de parar de fazer, porque a cidade de São Paulo, em 2017, não faz diálogo público, só o Legislativo faz. E a cidade de São Paulo, os funcionários públicos que recebem 24 mil reais precisam sair das suas cadeiras e começar a fazer política pública, porque estamos mostrando, na cidade, que não há mais espaço para política privada com orçamento público.

Não adianta fazer política de gabinete, mandar as empresas “X” dos amigos “X”, o orçamento público tem de ser para todo mundo, porque em 2024 vão pedir nossos votos e aí vamos perguntar, qual política você fez que atingiu a cidade? Qual o orgulho de ter uma cidade de 95 bilhões de reais e ver a miséria na Praça da Sé? Qual o orgulho você tem como funcionário público que recebe bem? Tem de deixar de ser uma política privada.

E depois vamos fazer o debate da cultura com mais qualidade, mas é mais para reforçar. E outra coisa, desde 2017, antigamente enchia de funcionários públicos, o pessoal que está no secretariado vinha aqui para falar com os cidadãos, para respeitar o Legislativo. Agora,

nem vem mais, onde estão os caras sentados aqui? E quando vierem com a planilha, vão vir com a planilha de uma folha, vão falar qualquer coisa, porque estamos discutindo o orçamento da cidade, mas dinheiro público é pago pelos cidadãos, eles não pegam dinheiro do bolso deles, certo?

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado Rapper Pirata.

Osmar; em seguida Contramestre Palito.

O SR. OSMAR ARAÚJO – Bom dia, sou Osmar Araújo, da zona Norte de São Paulo, dos movimentos culturais da cidade de São Paulo, dos fóruns de cultura.

Saúdo todos, munícipes, funcionários da Casa, nobres Vereadores, quero dizer que estamos prestes a restabelecer a democracia neste país e por um triz evitar que o autoritarismo venha para o Estado de São Paulo. Isso é muito importante porque democracia é acordo e o orçamento é acordo. É um acordo entre nós, a Secretaria, a Câmara Municipal e nós que viemos aqui defender o orçamento para os nossos setores.

E restabelecer a democracia quer dizer restabelecer os conselhos da cidade de São Paulo, em especial o Conselho Municipal de Política Cultural. E para isso estamos pedindo 500 mil para esse conselho. Restabelecer democracia é o cumprimento da lei realizando as eleições dos conselhos gestores das casas de cultura. Sem esses conselhos as casas de cultura têm uma agenda impositiva de cultura nos territórios, para isso estamos pedindo 250 mil reais.

Restabelecer também a democracia com a retomada do Cultura Viva, que só tem mil reais no orçamento, que é a política pública mais democrática já instaurada neste país. Para isso estamos solicitando 15 milhões, conforme o último edital, o último financiamento feito lá atrás, em 2014, na cidade de São Paulo.

Também, nesta semana, o setor que cuida de crianças e adolescentes capitaneado pelo Ibdcria, que é o Instituto Brasileiro de Direitos das Crianças e Adolescentes, composto por juízes, promotores, educadores, psicólogos da área da infância, já era público na *Folha de S.Paulo* defender a democracia, a Constituição e o ECA. E mandar um recado bem claro, bem

escuro, o que tira adolescentes da criminalidade são as artes e a educação. Nesse sentido estamos pedindo para a rubrica do Teatro para a Infância e Juventude, 10 milhões de reais. Colocar adolescente na cadeia é jogá-lo nas mãos das facções criminosas, que isso fique conversado entre nós.

Uma pergunta: por que as subprefeituras de Pinheiros, Cerqueira César, que são mais abastadas, estão recebendo mais recurso do que as subprefeituras da zona Norte de São Paulo, com exceção de Pirituba? Fiquei curioso, por que Pirituba está recebendo mais recurso? Vou solicitar que o recurso investido na Subprefeitura de Pirituba seja estendido para as outras subprefeituras da zona Norte de São Paulo, porque há um desequilíbrio ali.

Por fim, solicitar aos nobres Vereadores da Casa que acompanhem, no ano que vem, a execução do orçamento da cultura, porque não dá para acordarmos o orçamento aqui e no ano seguinte o Secretário ou a Secretária de plantão fazer o que bem entender desse orçamento. Isso é quebra de acordo, isso é antidemocrático. Então, precisamos do orçamento da cultura executado democraticamente, que é o acordado aqui entre nós.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Osmar. Presença agora presencial, já anunciei de maneira semipresencial, do querido Vereador André Santos.

Próximo inscrito, Contramestre Palito.

- Falas simultâneas no ambiente virtual.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quem está falando? Alguém com o microfone aberto. Segue, Contramestre Palito.

O SR. CONTRAMESTRE PALITO – Bom dia a todos e a todas, bom dia aos Vereadores, sou o Contramestre Palito, faço parte do Fórum Municipal de Capoeira, faço parte dos movimentos culturais também. O Fórum Municipal de Capoeira tem mais de 450 grupos mapeados no município de São Paulo e não temos fomento. A capoeira não tem fomento, a capoeira é patrimônio imaterial e não temos fomento.

Enfim, as nossas reivindicações são as seguintes: 3% do orçamento da cidade para

a cultura. Desses 3%; 2% para a periferia; 0,5% para a cultura negra, que entraria como uma reparação histórica. Também, queríamos o reajuste para a cultura indígena, uma valorização da cultura indígena, porque é obrigação do Estado políticas públicas para a cultura indígena. E como o colega Osmar falou – não lembro bem quem falou -, de um reajuste para o teatro de 15%, tem de ter reajuste para todos, principalmente para a cultura indígena.

Outro questionamento, a reparação histórica. Então, entendemos que o orçamento vai aumentar e a cultura negra sempre foi desvalorizada aqui no nosso município, a questão do racismo estrutural, como falam aí. Então, para começarmos a dialogar uma reparação histórica, acho que teria de começar com uma rubrica de 50 milhões de reais para a cultura negra, tirando 10 milhões para a capoeira, que não tem fomento nenhum e para já discutir as outras linguagens da cultura negra.

Fora isso, entendo, 10 milhões de rubrica para a cultura indígena e 5 milhões para a cultura imigrante, mas não para a cultura eurocêntrica, para a cultura dos haitianos, bolivianos, africanos, etc. Esse seria um primeiro passo para a reparação histórica, porque senão é blábláblá e estão dando migalhas para nós.

Então, fica nossa reivindicação aqui. Investimento na cultura, principalmente a cultura preta, a cultura indígena, enfrentamento do racismo e o genocídio contra o nosso povo, que acontece no Brasil colonial moderno. É isso.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Contramestre Palito.

Norberto. Em seguida, Cleber Silva de Oliveira. Norberto, três minutos. Agradeço a todos e a todas que estão rigorosamente atendendo ao tempo solicitado pela Mesa.

O SR. NORBERTO – Bom dia.

Gostaria de fazer uma pequena análise do orçamento. Inicialmente, vi que a receita total cresceu 15,8%; a receita corrente, 20,4%; o ISS, 23,1%; o IPTU, 10% e o ICMS, 13,4%, lembrando ainda que o índice de participação dos municípios no ICMS decresceu 2,74%. Esses índices elevados comparados com os utilizados no orçamento de 5,36% de inflação; 0,4% de

PIB. Gostaria de saber como se justifica um aumento dessa ordem, a primeira coisa.

Segundo, queria também dizer que o orçamento, completando o que o Vereador Donato falou, em meu ponto de vista, para o ano que vem é de 128,5 bilhões. Ou seja, 95,8 bilhões previstos no orçamento e mais 32,7 de dinheiro em caixa. O aumento efetivo é de 55% no orçamento. Como se justifica isso e o que vão fazer com esse recurso todo, não está previsto nada a respeito, pelo que vejo.

Por outro lado, gostaria também de enfatizar que o IPTU é um imposto tremendamente caro que pagamos. Eu, por exemplo, tenho dois imóveis e dou 10% ou 20% de desconto no valor venal e vendo amanhã para quem quiser comprar.

Então, minha posição é essa. Gostaria de uma justificativa para essa série de aumentos significativos.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Norberto.

Cleber Silva de Oliveira. Em seguida, Professor Marcelo Arno Nerling.

O SR. CLEBER SILVA DE OLIVEIRA – Bom dia. Defendo também 3% do orçamento para a área da cultura, só que hoje vou na contramão dos meus parceiros, acho que a cultura está sendo bem representada aqui.

Meu nome é Cleber Silva de Oliveira, mais conhecido como Bboy Bob King, faço parte da cultura *hip hop*, danço *break* há 18 anos, tive o privilégio de viajar por 22 países representando o Brasil, competindo. E o *break* é uma modalidade olímpica esperada em Paris, assim como o *skate* tem projeção de medalha para o Brasil. O Mundial foi agora, nesse final de semana, o Brasil ficou em 32º lugar entre 180 países, foi uma boa colocação por ser a primeira vez que participa do Mundial.

Faço um evento chamado Racha na Arena, que está dentro do calendário da cidade. Realizamos esse evento há 14 anos, na cidade de São Paulo, e temos um grande problema, a partir do momento que o evento foi incluído no Calendário da cidade, o nosso diálogo com a Secretaria de Cultura mudou. Quiseram transformar o evento em um balcão de contratações

artísticas, assim como – o Pirata sabe – acontece com o Mês de Hip Hop e com outros eventos da cidade. Foi preciso comprovar para a Secretaria de Cultura que esse evento tinha de ser feito em parceria, sociedade civil e a Prefeitura, o Estado. A Secretaria, não aceitando, conseguimos comprovar e independentemente realizamos o evento este ano.

Então, estamos defendendo e apontando este ano para que o orçamento seja colocado na Secretaria de Turismo. Não vá para a cultura, porque a ideia do coletivo Racha na Arena, que representa a zona Norte de São Paulo, é a efetivação da política pública e que o evento aconteça, não que o *break*, agora, por ser uma modalidade olímpica, se transforme em um balcão de contratação artística na cidade de São Paulo.

Defendemos que sejam destinados 400 mil reais para a Secretaria de Turismo, para que viabilize a infraestrutura para a realização do evento. O nosso evento está cotado para ser uma das eliminatórias nacionais para a vaga olímpica, porém temos de seguir uma série de protocolos e demandas para podermos ganhar essa chancela da Organização Internacional. Em diálogo com a Secretaria de Turismo, pelo que desenvolve, e o nosso currículo em desenvolvimento do evento dentro da cidade de São Paulo, conseguiremos fazer com que esse evento se torne eliminatória nacional. Porém, precisamos que o orçamento seja destinado para o turismo, não para a cultura.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Quero agradecer a participação, a ajuda dos tradutores de libras, Dareska Vicente e Ismael da Silva, muito obrigado.

Professor Marcelo Arno Nerling, três minutos.

O SR. MARCELO ARNO NERLING – Tentarei, Excelência.

Saudando V.Exas., em primeiro lugar, uma satisfação enorme, saudar também os servidores desta Casa, saudar os alunos egressos, vejo pelo menos três alunos egressos de gestão de políticas públicas da Universidade de São Paulo – quatro, vejo agora – e também saudar os nossos alunos que acompanham conosco essa disciplina chamada Cidade

Constitucional, que viemos implementando, já pelo terceiro ano, dentro da Câmara de Vereadores. E acompanhamos a Comissão de Finanças e Orçamento toda semana. Então, acompanhamos, discutimos a pauta, acompanhamos os projetos de lei e depois acompanhamos também a reunião e fazemos as nossas sínteses.

Essa não é a nossa primeira manifestação, participamos da audiência pública do Relatório Quadrienal e recebemos críticas, lamentavelmente, pessoais de parte do Secretário, por vezes ele esquece que o princípio da impessoalidade é regra e que a todos nós vincula. E ele me mandou estudar e particularmente me mandou reportar à Secretaria do Tesouro Nacional. E fui de fato fazer a pesquisa na Secretaria do Tesouro Nacional, onde se consolidam os dados todos da contabilidade pública nacional. E o município de São Paulo é o quinto no *ranking*, ou seja, estamos discutindo o sétimo maior orçamento do país e somos o quinto no *ranking* das capitais brasileiras. Ou seja, não lideramos, não somos exemplo.

Por isso dizia que, lamentavelmente, o que eu presencio não consigo ensinar bem aos meus alunos. E é exatamente porque estou aqui seguindo um conselho de um grande Mestre, o Professor Fábio Konder Comparato, quando diz: “quem sabe faz, quem não sabe ensina”. E estou aqui exatamente a ensinar os meus alunos fazendo e participando do espaço público.

Destaco três pontos. O primeiro deles eu dirijo à administração pública do Poder Legislativo. Nós estamos falando de um orçamento para o Poder Legislativo Municipal de quase 800 milhões de reais por ano. No ano passado nós devolvemos 180 milhões de reais por ano. E eu já havia destacado lá na audiência pública da elaboração do Plano Plurianual, que sequer os 55 Vereadores são chamados para discutirem o Plano Plurianual desta Casa. E, da mesma forma, quando eu acompanho o orçamento aqui do Poder Legislativo, e V.Sas. poderão acompanhar lá na página 985, na página 1.113 e na 1.015, verão que existe uma distribuição de recursos e que o que falta nesta Casa, para começo de conversa, respondendo àquele velho dilema, quem controla o controlador é exatamente a ausência aqui hoje, porque nós tivemos uma manifestação do Secretário de Finanças, mas nós não tivemos uma manifestação da Câmara de

Vereadores.

Nós temos um orçamento que contempla dois poderes no município de São Paulo, um é o Executivo e outro é o Legislativo. O Legislativo tem dotação própria, tem programas próprios, tem projetos próprios. Não tem planejamento e não tem transparência, portanto, não é exemplo e não tem moralidade alguma para cobrar do Poder Executivo. Portanto, nós temos que fazer um ajustamento dentro desta Casa, a Casa do Povo, e eu tenho insistido nessa tese com V.Exas. Por favor, prestem atenção nisso.

Segundo ponto: nós destacamos a falta de atenção desta Casa para com demandas populares há vários anos já, na discussão da Lei Orçamentária Anual, discutimos isso no PPA; e, a pedido do Vereador Jair Tatto, no ano passado, nós conseguimos incluir a criação do Conselho de Representantes, que é regra dos Art. 54 e 55 da Lei Orgânica, que espera a vigência desde o ano de 2009. Ficou 16 anos esperando o julgamento do Supremo Tribunal Federal, que discutiu e decidiu essa matéria há três anos e, até hoje, não implementamos o Conselho de Representantes, regra dos art. 54 e 55 da Lei Orgânica do Município.

Isso é um atentado contra a democracia direto, isso é um furto da democracia direta pela democracia participativa. V.Exas. têm um compromisso com o povo de São Paulo e precisamos incluir este ano, pois está escrito na proposta de Lei Orçamentária: R\$ 13.000,00 para a participação, transparência e controle social do Legislativo, que deveria ser a rubrica que legitimaria a criação do Conselho.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay, professor. Amanhã o senhor poderá vir nas próximas e concluir sua fala. Amei as suas ideias, mas já deu o tempo, que a isonomia se perde.

- Falas simultâneas.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay, muito obrigado. Todos vocês estão convidados a todas as audiências para discutir os temas. Ninguém vai impedir aqui, os temas podem ser gerais, mas prefiro que fique no tema do dia.

O professor e o nobre Secretário travam um debate muito interessante nesses

aspectos. Eu diria que teríamos que ter um momento especial, pelo que tenho percebido, porque é muito rica essa questão; mas não temos o tempo necessário.

Tem a palavra a Sra. Cacilda Mendes Pereira.

A SRA. CACILDA MENDES PEREIRA JÚLIO – Bom dia a todos. Eu sou estudante de Gestão de Políticas Públicas na Universidade de São Paulo, gostaria de cumprimentar todos da Mesa e todos os presentes.

Eu chamo a atenção e vou até pedir licença para ler um trecho do texto da lei que está sendo discutida hoje, do orçamento. Destaca-se que, em 21 de setembro de 2022, a cidade recebeu a nota A, perfil de crédito individual, na agência de classificação de risco norte-americana Fitch Ratings, subindo três níveis na comparação com a classificação anterior e atingindo um feito inédito para um ente público no Brasil. Além da nota A, que manteve o *status* de grau de investimento para o Município, São Paulo também passou a ostentar a nota máxima AAA no quesito sustentabilidade da dívida na avaliação da agência, que decorreu principalmente da evolução dos indicadores de endividamento do Município”.

Atualmente, a cidade possui no cofre cerca de 30 bilhões de reais e estamos falando de uma previsão de receita de mais de 90 bilhões de reais. O que nós vemos hoje em dia na cidade de São Paulo é uma população de rua de mais de 40.000 em situação de extrema pobreza, precisando de comida, de moradia e de auxílio.

O que vamos fazer com esses três “A” da agência internacional? Eu não vejo como isso pode influenciar ou dar comida na boca dessas pessoas, e chamamos atenção para os integrantes desta Casa que o papel do Legislativo é justamente verificar as ações do Executivo. O que vemos numa reunião como esta é que: mostram-se números gigantescos com montes de zeros, mas efetivamente se sairmos às ruas vemos pessoas dormindo na calçada. Então, eu penso que precisamos fazer alguma coisa efetivamente e não deixar todo esse dinheiro parado no cofre.

Eu me solidarizo também com o pessoal da cultura, acho que vocês estão corretíssimos e o pessoal do Legislativo precisa se desencastelar e fazer alguma coisa pelo povo

de São Paulo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Okay. Obrigado, Cacilda. Tem a palavra o Sr. Otávio Scalabrin Hübner.

O SR. OTÁVIO SCALABRIN HÜBNER – Bom dia, senhores.

Agradeço ao Sr. Presidente, aos membros da Mesa, e a todos os presentes e aos que estão nos assistindo virtualmente. Agradeço especialmente ao Professor Nerling e os colegas da USP.

Como a Cacilda, sou aluno do curso de Gestão de Políticas Públicas da Universidade de São Paulo; e, observando o PLOA, o PL 579/2022, há algumas questões muito interessantes em relação aos fundos municipais, pelo que aparece na página 259, do Caderno 1, cerca de 3,5 bilhões de reais, sendo que muitos dos valores dos fundos nem aparecem nessa página, ainda estão espalhados pelo relatório de mais de mil páginas.

Em relação a esses valores, eu gostaria de perguntar a Mesa como a Câmara e a CFO vem fiscalizando o dinheiro desses fundos, como esses recursos vêm sendo aplicados e qual o mecanismo de controle da Câmara em relação a esses fundos.

Outra questão muito interessante ainda sobre esses fundos é que o Fundo Municipal de Saúde e o Fundo de Assistência Social não passou uma conta bancária específica. Detalhe: são dois fundos extremamente importantes. O Fundo de Saúde, sozinho, tem 2,8 bilhões de reais e não possui sequer uma conta bancária específica. Como é possível fazer a gestão de um fundo se ele não tem uma conta bancária específica? E o fundo de PAS nem sequer conta bancária tem, simplesmente não há. Eu gostaria de saber onde está esse dinheiro afinal? Está perdido embaixo do colchão de alguém? Porque é o que acontece geralmente, se o dinheiro não está em nenhum banco.

Concluindo, eu acredito que é muito interessante que uma cidade que tenha a principal Bolsa de Valores da América Latina não chega nem a pensar em uma forma mais inteligente de aplicar seus fundos. Esse dinheiro poderia ser usado para comprar títulos de dívida

do Governo Federal e render mais dinheiro para poder ser usado em investimento, em vez de ficar perdido em bancos ou nem mesmo uma conta no banco ter.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado.

Tem a palavra a Sra. Letícia Dias.

A SRA. LETÍCIA DIAS – Bom dia a todos os presentes.

Como munícipe participante, eu solicito que as apresentações em *slide* sejam acessíveis a quem está presente, porque tive enorme dificuldade em entender os números que estavam sendo apresentados na apresentação, então nós não conseguimos, de forma nenhuma, fazer uma leitura para um acompanhamento correto, assim como os acompanhantes de forma remota, de uma audiência pública em que o público tem menos tempo de fala do que todas as demais pessoas participantes desta audiência.

O Fabiano apresentou como despesa a questão do Iprem e eu sou Conselheira do Conselho Deliberativo do Iprem e estou com dificuldade em localizar a rubrica que fala sobre os repasses do Imposto de Renda para o Funprev, art. 19º do decreto que institui a separação dos fundos do IPREM, o Funfin e Funprev.

Então, eu acho que é importante a gente destacar quando se fala de Iprem, que esse fundo é para o pagamento das aposentadorias e benefícios dos pensionistas; e ele traz a questão do déficit atuarial como se a Prefeitura estivesse fazendo um grande favor em fazer aportes para pagamento dessas aposentadorias, quando o decreto instituído pelo Sampaprev 2 institui a aprovação de 14% de alíquota para aposentados também e não há aporte, ou melhor, contribuição patronal em relação aos aposentados, que estão tirando do bolso as suas próprias aposentadorias. É isso que eu gostaria de falar, da diferença entre o que ele fala em relação ao Iprem.

Como a Cacilda falou, também quero destacar a importância deste Legislativo em acompanhar as contas públicas e verificar. E como educadora e servidora pública que sou, há um projeto de lei tramitando nesta Casa que prevê a terceirização da gestão pública. E a gente

vai falar de Fundeb, que vai ter repasse menor porque haverá terceirização da gestão, sendo que o Fundeb não prevê o repasse desses recursos para unidades que têm terceirização desses profissionais.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Letícia. Nós estamos mandando *e-mail* para a assessoria para disponibilizar a exposição. Está registrado.

Registro a presença, de forma *on-line*, do nobre Vereador Atilio Francisco.

Tem a palavra o Sr. João Santo.

O SR. JOÃO SANTO – Bom dia a todos e a todas.

Eu vou trazer uma questão recorrente em 2019 sobre o IPTU. Eu trabalho com a Vereadora Sandra Santana, mas fui funcionário público da Secretaria da Fazenda por 40 anos. Estou aposentado.

Desde 2019, eu vejo a questão do IPTU, trabalhei com isso há muito tempo, mas saiu o primeiro edital em dezembro de 2019. É possível os senhores atualizem para esta Casa qual é o impacto socioeconômico que o IPTU retroativo está trazendo para a grande maioria da população que está recebendo? Eu atendi um monte de gente a esse respeito, que vai causar a perda efetiva do seu imóvel, que está chegando IPTU por volta de 40 mil, 50 mil, 70 mil, 150 mil.

O Vereador Fabio Riva sabe que está acontecendo isso em Perus, na Brasilândia, e eu atendi muita gente assim. Então, se não houver sensibilidade da Inspeção Fiscal e, em particular, do Secretário Municipal da Fazenda, em fazer o que o Prefeito Bruno Covas fez: deu remissão de um erro cometido lá atrás, que saiu os IPTUs retroativos. Que haja a sensibilidade do Secretário de mandar um projeto de lei para esta Casa destacando a questão da remissão do IPTU.

E mais, Líder do Governo, por ter conhecimento e por ter trabalhado com isso, eu tenho passado para muita gente a questão da anistia, que tem a remissão aprovada por esta Casa, que inclusive o senhor participou da elaboração dessa emenda de remissão do IPTU, que estão entrando com o procedimento na Secretaria de Finanças de anistia deferida, e a Secretaria

está indeferindo alegando que não faz parte de regularização.

Quer dizer, me parece que a Inspeção Fiscal de São Paulo é o suprasumo da verdade, e isso não pode acontecer. Esta Casa tem que tomar posição, porque daqui a três, quatro, cinco anos, haverá um monte de gente morando na rua porque perdeu a sua casa, porque está na dívida ativa e no Cadin.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Tem a palavra a Sra. Ayde Paixão. Lembrando que os vídeos desta e de todas as audiências estão disponíveis no *site* da Câmara Municipal de São Paulo.

A SRA. AYDE PAIXÃO – Bom dia a todas e todos.

Cumprimento o Presidente Jair Tatto, Vereadores, Vereadoras, parlamentares presentes e *on-line*, também cumprimento o assessor do Vereador Sidney Cruz, que é meu mestre de capoeira e que tem me trazido para a política; cumprimento o Rapper Pirata, contramestre Palito, juventude presente nesta Casa.

Eu estou pelo Projeto Mude com Elas, que é um projeto cujo objetivo é promover o acesso de jovens mulheres negras ao mercado de trabalho. É uma pauta da juventude, do mercado de trabalho, que envolve, raça, classe, gênero, e nós estamos na Comissão de Finanças e Orçamento porque queremos a criação de uma Subcomissão de Juventude dentro da Comissão de Finanças e Orçamento da Casa, para que sejam debatidas pautas da juventude, o desemprego juvenil e as políticas públicas para jovens no município, que estão ainda aquém do que a gente precisa.

Foi feita uma audiência pública em novembro do ano passado sobre o tema, em que o Vereador Isac Félix se comprometeu publicamente em criar esta Subcomissão de Juventude. Porém, ao longo de todo este ano, essa Subcomissão não foi criada e nós estamos ainda pautando a sua criação para que possa ser debatida a vida digna para a juventude.

A gente vai à Coordenadoria de Juventude da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e eles falam que não tem recursos para a juventude, não tem recursos para as políticas

públicas, não tem recursos para mercado de trabalho das jovens mulheres negras. E a gente não quer acessar qualquer posto no mercado de trabalho, mas os melhores postos no mercado de trabalho.

Inclusive, o projeto Mude Com Elas tem parceria com empresas, que oferecem vagas especialmente para mulheres negras, então a gente quer promover esse diálogo entre o Legislativo e o Executivo, para que o Legislativo possa aprovar os recursos e o Executivo passe os recursos para a gente da juventude, para a galera da cultura também.

Então, essa é a urgência e a necessidade, e a gente quer a instalação este ano, porque já foi prometida em novembro do ano passado.

Então também chamo toda a juventude que está presente para nos articularmos em torno dessa pauta, para o nosso presidente da Comissão de Finanças e Orçamento aprovar esse pleito e nós chamarmos os Vereadores para serem presidente, relatoria, para instalarmos ainda este ano – porque aí, chega no final do ano, falam: “Ah, não, tem outras pautas agora”. Aí vai para o começo do ano que vem: “Não, são outras pautas”, e essa pauta da juventude nunca é levada para a frente. É isso.

Muito obrigada. Estou à disposição.

E gostaria de entregar ao Presidente uma pesquisa que o projeto *Mude com Elas* fez, que comprova estatisticamente a situação das jovens mulheres negras no mercado de trabalho. Quem quiser ter acesso, pode pegar comigo.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Gostaria de registrar a presença do Vereador Isac Felix, de forma virtual, e a do Vereador Rodrigo Goulart.

Tem a palavra o Vereador Hélio Rodrigues, para as suas considerações. Depois, fazemos as devolutivas, as respostas.

O SR. HÉLIO RODRIGUES – Gostaria de parabenizar a presença de todos os munícipes; parabenizar a condução democrática desta audiência pública pelo Presidente Jair Tatto, o debate é difícil. Saúdo o nosso eterno Senador Suplicy, que vai ser deputado estadual.

Sempre fui seu eleitor. Apenas não fui seu eleitor quando eu fui candidato com você, aí eu tinha que votar em mim, não votava para votar no senhor. Mas a sua vida pública nos honra muito.

Saúdo nossos amigos e parceiros, com os quais futuramente estaremos juntos.

Quero começar falando bem timidamente, Sr. Presidente, porque é uma peça de orçamento complicada, complexa, uma cidade gigantesca, mas o que nos deixa bastante triste é poder sair na cidade e ver tantas pessoas em situação de rua e saber que esse superávit que nós temos é fruto do confisco da aposentadoria dos servidores municipais e também da falta de olhar para a cidade que hoje nós estamos vendo – não é compatível uma cidade tão rica, com tanto superavit, ter tantas pessoas em situação de rua.

É somente isso, Sr. Presidente.

Obrigado pela oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Hélio. A sua presença nos honrará muito a partir de março.

Tem a palavra o Vereador André Santos.

O SR. ANDRÉ SANTOS – Obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia a todos que acompanham esta audiência pública; ao Secretário Guilherme; aos Vereadores Fabio Riva, Eduardo Suplicy; ao nosso novo companheiro de trabalho na Câmara Municipal; e a todos os Vereadores que acompanham essa transmissão de forma *on-line*.

Quero parabenizar todas as pessoas que estiveram aqui hoje falando, alguns, de maneira mais temperada, outros, de forma mais exaltada, mas todos com o seu direito de fala, que é muito importante. Aliás, algo que eu sempre cobrei por parte da população, porque temos um lugar aberto para que as pessoas possam falar, se expressar. E muitas pessoas reclamam muito, mas, na hora que têm a oportunidade de vir para falar, muitas delas não aparecem e nem acompanham a transmissão de algo tão importante como isso.

Parabenizado todos vocês – os jovens que estão aqui, aqueles que lutam por suas

classes. E que continuem tão empenhados naquilo que vocês de fato precisam fazer.

Bom, queria abordar a questão do Legislativo. É importante, toda vez que for cobrar o Legislativo, que se cobre diretamente pontuando o nome das pessoas, porque temos 55 Vereadores, e certamente algum desses Vereadores que estão aqui, um de vocês, ou alguns de vocês, votaram também. Então, se esta Casa é omissa, então este Vereador no qual você votou também está sendo omissa. Então é importante pontuar, porque seria uma injustiça muito grande colocar todo mundo na mesma sacola, quando, na verdade, há muita gente séria, independentemente dos partidos – não estamos falando de partido, estamos falando de Vereadores que trabalham, e trabalham muito. Mas, infelizmente, nem sempre conseguimos atingir o objetivo que esperamos, rapidamente, para a população. Era o que eu gostaria de pontuar.

Mais uma vez, parabênizo todas as pessoas.

E, reforçando a questão do IPTU, aproveitando o Secretário: estamos com uma série de problemas de reclamações de pessoas falando acerca de novas tecnologias que estão sendo implementadas e que, muitas vezes, acabam cobrando coisas que, na hora que a pessoa vai reclamar que houve uma injustiça, já foi cobrado dela. É uma injustiça. E nós não votamos, nós não aprovamos as mudanças.

Eu quero deixar claro para o Sr. Secretário: nós não aprovamos as mudanças em relação à IPTU, revisão de planta genérica, para prejudicar a população; nós votamos na Câmara Municipal – está aqui o Líder do Governo, que sabe muito bem disso – para que pudesse haver justiça dentro da nossa cidade.

Agora, começamos a receber reclamação de que estão cobrando, muitas vezes, valores indevidos; e nós não vamos ficar quietos em relação a isso.

Então eu peço encarecidamente que se tenha um carinho em relação a isso, que se faça uma análise mais apurada, porque tem muita gente, infelizmente, que está se sentindo prejudicada e que precisa, de fato, ter, pelo menos, da nossa parte, o bom senso de atentar para a necessidade de cada uma delas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador André Santos.

Tem a palavra o Vereador Fabio Riva, Líder do Governo nesta Casa.

O SR. FABIO RIVA – Sr. Presidente Jair Tatto, membros da Mesa, público que comparece e que é sempre bastante pertinente em todas as intervenções.

Hoje eu venho mais como ouvinte. Eu acho que o nosso papel, conforme o Vereador André Santos acabou de dizer, é ouvirmos. A audiência pública é muito mais para ouvir a sociedade. Os Vereadores e Vereadoras terão um momento oportuno de discussão. Mas o enriquecimento de uma peça orçamentária parte também da oitiva da sociedade civil.

Vejo aqui o grande Secretário Guilherme Bueno, por quem eu tenho um apreço, um carinho especial. Sei da sua competência, da sua trajetória na vida pública, Vereador Jair. E, inclusive, aqui não falamos de um único partido, um “único” governo; quer dizer, a peça orçamentária, ao longo dos anos, é muito discutida. E quanto eu ouvi falar, inclusive, em outros governos, sobre investimento na cultura, na saúde, na educação, na habitação.

Para encerrar, Presidente Jair, o que mais me chama a atenção é que nós temos uma tarefa que é a mais difícil: traduzir esses números em políticas públicas. De verdade, eu acho que esse é o grande desafio do Executivo Municipal, do Legislativo e da sociedade civil, porque vão ser repassados recursos de muitas dessas políticas públicas para as entidades, para que apliquem na ponta. Então esse é um feito não apenas pelo Executivo, pelo Legislativo, mas principalmente pela sociedade civil, que tem que ter essa participação. E por isso eu o parabeneizo, Vereador Jair.

Eu sei que você é um democrata, no sentido de ser bastante claro, objetivo, transparente, abrir o diálogo, e isso é importante. Eu sei que o Executivo está aqui muitas vezes... E isso daqui faz parte do trabalho democrático: receber críticas, mas absorver as críticas construtivas, para que posamos aprimorar as políticas públicas.

Fica o meu agradecimento. Estarei presente nas outras audiências públicas.

Amanhã trataremos de um assunto afeto à minha área de atuação, à minha missão

de vida, habitação. Então tenham a certeza de que amanhã também virei também fazer algumas sugestões.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, nobre Líder, Vereador Fabio Riva.

Proponho fazer uma inversão, nobre Secretário, Dr. Fabiano, do Tribunal de Contas; a Dra. Camila, considerando que sempre...

O SR. ISAC FELIX – Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador, desculpa, não vi sua inscrição.

Tem a palavra, nobre Vereador Isac Felix.

O SR. ISAC FELIX – Sr. Presidente, bom dia a todos, bom trabalho.

Nesta comissão, vamos estar sempre de olho no nosso orçamento, cuidando da nossa cidade. É o que nós precisamos. E, principalmente, cuidando de pessoas.

Sr. Presidente, fui procurado algum tempo atrás por um grupo chamado Mude com Elas, através da Vereadora Luana. Por cuidar de projetos sociais, foi solicitado que se criasse uma subcomissão da juventude dentro da Comissão de Finanças e Orçamento.

No meio do caminho, e no ano, da forma que foi, não dá para criar essa subcomissão. É por isso que, a partir de agora, esse tema vai ser discutido, para que no próximo ano nós possamos ver com os Vereadores da Comissão de Finanças e implantarmos essa subcomissão. Então esse caso não ficou esquecido, porque é importante – cuidamos de mulheres empreendedoras, jovens, que querem crescer profissionalmente, querem ter o apoio do Poder Público. E vamos estar empenhados nisso. Mas isso, se Deus quiser, a partir do próximo ano.

Um abraço a todos. Estou à disposição.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Obrigado, Vereador Isac Felix.

Tem a palavra a Dra. Camila.

A SRA. CAMILA ALEXANDRA MAJER – Obrigada, Sr. Presidente.

Como eu disse anteriormente, pretendemos encaminhar o nosso relatório, assim que concluído, antes da segunda audiência pública geral; e levamos em consideração todas as

observações feitas nesta primeira audiência.

Assim, no momento, não tenho mais nada a acrescentar.

Agradeço a palavra, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Vereador Atílio, não perguntei se V.Exa. queria se manifestar.

Eu sempre espero vocês se manifestarem, pelo nosso hábito de convivermos tanto tempo nesta comissão.

O SR. ATÍLIO FRANCISCO – Muito bem.

Bom dia a todos – Presidente Jair Tatto, componentes da Mesa e público presente.

Mais uma vez o orçamento chegando para apreciação da Câmara Municipal. E, como em todos os anos, eu tenho a certeza que o trabalho será feito à altura daquilo que a população de São Paulo espera. E creio que na aprovação do orçamento muita coisa importante vai ser debatida, discutida, acrescentada e modificada. Então, parabéns a todos.

Vou falar pouco, para deixar mais tempo para o nosso Secretário Guilherme poder responder as perguntas, para que nos coloque à par de tudo que foi colocado em pauta nesta audiência pública.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Sr. Secretário, tem a palavra, pelo tempo que achar necessário. E, se possível, que todos os munícipes sejam contemplados com as respostas.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Obrigado, Sr. Presidente.

Aproveito para cumprimentar os Vereadores que eu não havia cumprimentado – o Vereador e queridíssimo professor Suplicy, agora deputado estadual, a partir do ano que vem, e quem parabenizo pela eleição; Donato; o Líder do Governo, Vereador Riva; Vereador André Santos, Atílio Francisco, que também é da Comissão de Finanças; Vereador Isac Felix e o Vereador Rodrigo Goulart. Estes eu não havia cumprimentado no início da apresentação.

Eu queria fazer somente comentários, alguns muito específicos, mas produtivo que sejam levados nas suas audiências específicas, especialmente da cultura; mas só para que

algumas questões importantes não fiquem sem resposta.

A primeira vez, pelo menos, os últimos anos, nós não congelamos nenhum centavo na cultura. Todo orçamento da cultura, 100% do orçamento da cultura, ficou liberado. Queria só fazer esse esclarecimento, porque algumas colocações foram nesse sentido. Então 100% da cultura este ano foi liberado, não foi contingenciado, não havia nenhum congelamento. Está todo ele liberado para utilização pela Secretaria.

Obviamente, os pleitos, todos eles, são legítimos. Enfim, este é o local adequado para essa discussão. É a casa do povo, é onde os representantes vão discutir o projeto de lei. Essa é, obviamente, a proposta que o Poder Executivo, por meio do Prefeito, que tem mandato, encaminha para a Câmara. E agora nós teremos as discussões. Esperam que possamos chegar ao melhor projeto de lei orçamentária possível dentro das nossas condições econômico-financeiras.

Há algumas questões importantes que eu queria sobre o nosso orçamento, sobre a nossa situação financeira.

A primeira delas é algo que já tenho falado em todas as audiências públicas, mas é importante reforçar sempre: esses superávits, esse saldo de caixa, tem algumas questões que devem ser apontadas.

A primeira questão é que os 30 e poucos bilhões que nós temos no caixa não são todos recursos livres decorrentes de eventual superávit ou não. Boa parte desse dinheiro – aproximadamente, 20 e poucos bilhões, são recurso que já estão reservados para pagamento de despesas em que nós já incorremos. Mais ou menos, fazendo uma analogia com o nosso orçamento doméstico: eu tenho um dinheiro no banco, mas eu vou ter que pagar manhã, ou na semana que vem, a escola dos meus filhos. Então, obviamente, eu não posso usar esse dinheiro, porque ele vai ser utilizado.

Então pouco mais de 20 bilhões desses recursos já estão vinculados a despesas ou vinculados a despesas que nós não podemos executar livremente.

O caixa livre que nós temos hoje é de aproximadamente 10 bilhões de reais. Enfim,

esse não é o valor preciso, é o valor aproximado. E eu digo a todos os senhores que é uma bênção que tenhamos todo esse dinheiro reservado, porque é com esse dinheiro que nós teremos, pela primeira vez também, recursos já assegurados para o Programa de Metas e para o PPA da Prefeitura. Então é devido a esse recurso que eu posso dizer a todos os senhores, com bastante tranquilidade, que nós temos recursos para fazer 100% do Programa de Metas e do PPA. Essa é a primeira questão: o dinheiro não está aqui sobrando, e ficamos escolhendo o que queremos fazer. Respeitamos o orçamento. E, com isso, respeitamos o PPA e o Programa de Metas.

Para o ano que vem, e isso está, obviamente, na peça que nós encaminhamos, nós temos uma previsão de investimentos de 11 bilhões e meio. É quase três vezes a nossa média de investimentos anuais, e o dobro do que foi orçado no ano passado – não é o dobro do nosso disponível hoje, porque nós suplementamos, mas é um valor histórico, porque nunca chegamos perto disso. Isso só foi possível por conta desse superávit, enfim, desse caixa livre que nós conseguimos acumular.

Queria também dizer que esse caixa livre foi acumulado por uma circunstância – e eu todas as vezes explico isso, mas é importante sempre reforçar. Esse caixa livre foi acumulado por conta de circunstâncias absolutamente extraordinárias durante a pandemia.

Durante a pandemia, tivemos recursos que vieram do Governo Federal, tivemos algumas entradas não previstas – como, por exemplo, a venda da folha de pagamentos para o Banco do Brasil; algumas outorgas de concessões, que foram bastante vultosas; e uma série de coisas, além da redução das despesas decorrentes da própria redução da atividade econômica: obras que tiveram de ser paralisadas por conta da pandemia, fins das aulas, suspensão das aulas, uma série de outras atividades que foram reduzidas ou suspensas por conta da pandemia que trouxeram uma redução da despesa.

Por fim, ainda uma atividade econômica que se recuperou muito mais rapidamente do que os melhores analistas previam. Nós tivemos uma recuperação da atividade econômica da cidade bastante forte, com muito vigor, no segundo semestre de 2020, isso acabou trazendo

a situação financeira para os patamares que nós temos hoje.

Isso, como eu disse a todos, é uma benção porque nos garantirá os recursos para o programa de metas e para o PPA, cem por cento assegurado. É um programa realmente bastante ambicioso do ponto de vista de investimentos de moradia – o programa de metas prevê 45 mil unidades habitacionais; nós nunca chegamos próximos da metade disso anualmente – e outros vários, corredores de ônibus, enfim, está tudo muito bem documentado para quem tiver interesse.

Nós tivemos esse superávit, quando havíamos previsto déficit, é verdade, e tínhamos o porquê, uma vez que esse cenário de 2020 para cá é um cenário absolutamente instável. Não se sabe exatamente o que se esperar. Esperávamos uma recessão, ela não veio. Esperamos uma crise de receitas, ela não aconteceu. Por outro lado, é fácil dizer: “estávamos errados”, mas, naquela época, considerando, inclusive, a própria prudência que a gestão financeira pública tem que ter, nós não tínhamos outra escolha a não sermos prudentes e cautelosos, com uma cautela necessária para passar por aquele tormento.

Mesmo hoje, ainda temos muitas incertezas. Obviamente, a pandemia já não é mais a ameaça que era, mas nós temos a guerra da Ucrânia, com vários países com inflação galopante, países que nunca tiveram convívio com a inflação, inclusive, Estados Unidos, Inglaterra, e muitos analistas prevendo uma recessão global muito em breve. Se ela vai acontecer ou não, ninguém sabe dar essa resposta com absoluta certeza, mas a administração financeira tem que ser prudente o suficiente para que o sobressalto no próximo ano e nos próximos meses não arrebe as finanças da Prefeitura.

Eu queria fazer esses esclarecimentos porque esta gestão tem trabalhado bastante e seriamente no sentido de prover para a Administração, para a gestão, os recursos necessários para focar nas políticas públicas de assistência social, o nosso queridíssimo Vereador Suplicy coloca, com muita propriedade, a necessidade de amparo dessa quantidade imensa de pessoas com necessidades em São Paulo. Nós estamos gastando, por exemplo, 2 bilhões de reais com assistência social. É um número absolutamente sem precedentes na cidade.

Mais um esclarecimento importante que faz parte dessa questão: o nosso *rating* que foi calculado há duas ou três semanas pela Fitch Agência de Risco. Na verdade, ele é uma fotografia da nossa situação fiscal. Então, mostra que a cidade tem uma situação fiscal segura e saldável. O nosso *rating* que é sustentabilidade da dívida *triple way* só mostra que nós temos capacidade máxima de arcar com nossas dívidas, nossos compromissos, inclusive, com capacidade para tomada de operações de crédito, se forem necessárias. Então, é isso.

Isso não tem absolutamente nada a ver com como se gasta o dinheiro ou quanto recurso você tem no caixa ou deixa de ter. É, simplesmente, que a cidade de São Paulo tem uma situação financeira saudável, e, como já foi dito pela própria Cacilda, é um nível de investimento que é, também o maior de todos dos entes subnacionais do Brasil.

Mais um esclarecimento importante: foi o Vereador Donato que colocou sobre o destino da dívida do Campo de Marte com o cancelamento do nosso contrato, enfim, pelo acordo que foi feito com a União, uma das hipóteses de aplicação dos recursos decorrentes dessa economia é o pagamento de precatórios.

Obviamente, nós continuamos pagando os precatórios, inclusive, numa velocidade muito maior do que os outros entes, como, por exemplo, o Estado de São Paulo que paga menos de 1,5% da receita corrente líquida; nós pagamos 3,8%.

Então, nós continuamos pagando os nossos precatórios com uma velocidade bem acima do normal, e, se houver a possibilidade de uma situação financeira favorável que torne vantajosa a antecipação, nós faremos também a antecipação da quitação de precatórios. Ela não está no orçamento. O que está no orçamento seria a previsão para o nosso plano de quitação de precatórios na ordem de 3,8% da receita corrente líquida, mas se for conveniente do ponto de vista financeiro, faremos antecipações do pagamento, mas, obviamente, a depender das circunstâncias.

Outro esclarecimento de ordem técnica com relação a finanças públicas que foi um questionamento do Otávio. É o seguinte: alguns são fundos contábeis apenas. Eles realmente não têm conta bancária específica, mas são controlados contabilmente. Não há um centavo

sequer dos recursos da Prefeitura, sejam de fundos ou de qualquer natureza, que não circulem oficialmente na conta da Prefeitura. Estão todos eles documentados, registrados, escrutinados e fiscalizados. Caso haja interesse, pode-se fazer um pedido pela Lei de Acesso à Informação, que serão disponibilizadas sem nenhum problema. Mas, volto a dizer, não há um centavo da Prefeitura que circule fora das contas oficiais da Prefeitura. O fato de o fundo não ter uma conta específica não é necessariamente um problema, isso vai não só da legislação, mas da própria conveniência. O importante é que o fundo tem um controle contábil rígido que é fiscalizado.

Sr. Presidente, os demais questionamentos são específicos. A maioria deles, na área da cultura. Acho que essa discussão fica mais rica quando o senhor estiver presidindo as audiências temáticas.

Eu só queria fazer os esclarecimentos do ponto de vista das finanças públicas, agradecendo muito pela participação de todas e pela sua sempre perfeita condução das audiências públicas.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Secretário, agradeço. Se for possível, que o senhor mande representantes, seja de forma presencial ou *on-line*, como tem sido nos últimos anos. Ficamos muito gratos.

O SR. GUILHERME BUENO DE CAMARGO – Claro, Presidente. Perfeitamente.

O SR. PRESIDENTE (Jair Tatto) – Quero agradecer à Dra. Camila, Dr. Fabiano, Dr. Guilherme, aos tradutores de libras, a todos vocês presentes.

Seguiremos amanhã. Teremos Habitação, Inovação e Tecnologia.

Muito obrigado a todos e todas.

Estão encerrados os trabalhos.